



5432014

CONTRATO REFERENTE AO PROCESSO DE LICITAÇÃO: 033/14

MODALIDADE: PREGÃO

TIPO: MENOR PREÇO UNITÁRIO

Processo Administrativo: 6006/2014

Contratante: Município de Paracambi, com sede na Rua Juiz Emílio Carmo, nº 50, no Centro deste Município, inscrita no CGC/MF sob nº 29138294/0001-02, representada pelo Exmo. Sr. Prefeito Municipal, Sr. **Tarciso Gonçalves Pessoa**, brasileiro, casado, empresário, residente e domiciliado à Rua Afonso Franco, nº 79, Centro, Paracambi/RJ, portador da Carteira de Identidade nº 05186468-2 SSP/IFP/RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 615.202.257-68

CONTRATADO: R.R. MORENO DISTRIBUIDORA DE MERCADORIAS EM GERAL LTDA ME, inscrita no CNPJ nº 08.922.290/0001-32, com sede a Rua Capitão Francisco Cabral, 70, c/ 22, Centro, Mendes/RJ, neste ato representado por **Rogério Cruz Bonfim**, brasileiro, portador da Carteira de Identidade nº 5.545.244-2SSP/SC.

Nos termos da proposta da **R.R. MORENO DISTRIBUIDORA DE MERCADORIAS EM GERAL LTDA ME**, estabelecemos Contrato de aquisição de materiais de construção para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Obras do município de Paracambi, Estado do Rio de Janeiro, proposta vencedora do julgamento estabelecido pelo Pregoeiro Municipal no Pregão Presencial nº. 033/14, devidamente homologado pelo Prefeito Municipal em 15/12/2014, e mediante as cláusulas e condições a seguir:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto do presente Termo de Contrato é de aquisição de materiais de construção descrito na nota de empenho 898/2014, conforme especificações e quantitativos estabelecidos no Edital do Pregão identificado no preâmbulo, na proposta vencedora e Termo de Referência, os quais integram este instrumento, independente de transcrição.



Descrição dos empenhos:

• **Empenho nº. 898/2014**

ITEM	QUANTIDADE	UNIDADE	ESPECIFICAÇÃO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	6,00	un	285342 - JOELHOS DE 3/4"	2,2000	13,20
2	1,00	un	285353 - PAPELEIRA	35,4000	35,40
3	310,00	un	285421 - CIMENTO	23,0000	7.130,00
4	27,50	m³	285423 - AREIA LAVADA	105,0000	2.887,50
5	26,00	un	285424 - FERRO 10.0 MM	36,7000	954,20
6	45,00	un	285425 - FERRO 8.0MM	24,5000	1.102,50
7	36,00	un	285426 - FERRO 4.2	5,4000	194,40
8	20,00	un	285431 - FERRO 6.3MM	15,6000	312,00
9	200,00	un	285470 - CAL	7,9900	1.598,00
10	1.000,00	un	285472 - BLOCOS 40X20X15	3,5000	3.500,00
11	12,00	un	285474 - JOELHO 100MM	6,7000	80,40
12	20,00		285489 - LUVAS DE COURO CURTA	16,2000	324,00
13	3,00		285497 - BOTA DE BORRACHA(Nº 40)	42,2000	126,60
14	7,00		285498 - BOTA DE BORRACHA(Nº41)	42,2000	295,40
15	4,00		285499 - BOTA DE BORRACHA(Nº42)	42,2000	168,80
16	4,00		285500 - BOTA DE BORRACHA (Nº43)	42,2000	168,80
17	10,00	un	285504 - JOELHO 50MM	2,5000	25,00
18	20,00	un	285513 - RALO 90X32 TRÂNSITO PESADO	530,0000	10.600,00
19	10,00	un	285514 - TAMPÃO 58X58 TRÂNSITO PESADO	750,0000	7.500,00
Recurso: 141 - RECURSOS - CIDE / PAO: 2046 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PU					37.016,20

2.0 - CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO E DA FORMA DE PAGAMENTO

2.1 - Conforme a proposta apresentada pela CONTRATADA, a qual integra o presente instrumento e que é de pleno conhecimento das partes, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Obras do município de Paracambi, constituindo o valor total de R\$ 37.016,20 (Trinta e sete mil dezesseis reais e vinte centavos).

2.2 - No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

2.3 - O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30(trinta) dias, contados a partir da data final do período de adimplemento a que se referir, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta-corrente indicados pelo contratado.

2.4 - O pagamento somente ocorrerá após o atesto do servidor competente pela fiscalização da execução do contrato na nota fiscal apresentada.

2.5 - Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

2.6 - Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

2.7 - A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à



apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

2.8 - Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) \quad I = \frac{(6/100)}{36}$$

$$I = 0,00016438$$

36

TX = Percentual da taxa anual = 6%.

2.9 - As despesas decorrentes da contratação objeto desta licitação correrão à conta dos recursos consignados no Orçamento da Prefeitura, para o exercício de 2014, no programa de trabalho:

- 1767-14.01.04.122.0006.2046.33903099000000 – Outros Materiais de consumo, conforme nota de empenho nº 898/2014, valor R\$ 37.016,20.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – VIGÊNCIA

3.1 O prazo de vigência deste termo de contrato perdura para o exercício de 2014, com início em 23/12/2014 e término em 31/12/2014, prorrogável na forma do art. 57, § 1º, da Lei nº 8.666, de 1993.

4.0 - CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES

4.1 - Do Município:

4.1.1 - Atestar nas notas fiscais/faturas a efetiva execução do objeto desta licitação;

4.1.2 - Aplicar à empresa Contratada as penalidades, quando for o caso;

4.1.3 - Prestar à empresa Contratada toda e qualquer informação, por esta solicitada, necessária a perfeita execução do Contrato;

4.1.4 - Efetuar o pagamento à Contratada no prazo avençado, após a entrega da Nota Fiscal no setor competente;

4.1.5 - Notificar, por escrito, à Contratada da aplicação de qualquer sanção.

5.2 – Da Contratada:

5.2.1 – Fornecer os produtos objeto desta licitação, nas especificações contidas no edital de Pregão Presencial nº. 033/2014;



5.2.2 - Pagar todos os tributos que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre os produtos e serviços executados;

5.2.3 - Manter, durante a execução do contrato, as mesmas condições de habilitação previstas no edital, conforme disposições do art. 55 da Lei nº. 8666/93;

5.2.4 - Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no quantitativo do objeto desta licitação, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor contratado;

5.2.5 - Executar o objeto licitado, no preço, prazo e forma estipulados na proposta;

5.2.6 - Executar o objeto com boa qualidade, dentro dos padrões exigidos no edital de Pregão Presencial nº 033/2014;

5.2.7 - Não subcontratar, ceder ou transferir a terceiros a execução do objeto, ainda que parcial, sendo nulo de pleno direito qualquer ato nesse sentido, além de constituir infração passível de penalidade;

5.2.8 - Ser responsável pelos danos causados diretamente à Contratante ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato;

5.2.9 - Responder pelo pagamento dos salários devidos pela mão-de-obra empregada nos serviços acessórios ao fornecimento em questão, pelos encargos trabalhistas, fiscais e previdenciários respectivos, e por tudo mais que, como empregadora deve satisfazer, além de ficar sob sua integral responsabilidade a observância das leis trabalhistas, previdenciárias e fiscais, assim como os registros, seguros contra riscos provenientes da atividade, impostos e outras providências e obrigações necessárias ao fornecimento.

6.0 - CLÁUSULA QUINTA - DAS COMUNICAÇÕES

6.1 - As comunicações entre as partes contratantes, relacionadas com o acompanhamento e controle do presente contrato, serão feitas sempre por escrito.

7.0 - CLÁUSULA SEXTA - DAS PENALIDADES

7.1 - Os casos de inexecução do objeto deste edital, erro de execução, execução imperfeita, atraso injustificado e inadimplemento contratual, sujeitará o proponente contratado às penalidades previstas no art. 87 da Lei nº. 8.666/93, das quais destacamos:

7.1.1 - advertência por escrito;

7.1.2 - multa, conforme os limites máximos estabelecidos abaixo:

7.1.2.1 - 0,3% (três décimos por cento) por dia, até o trigésimo dia de atraso, sobre o valor do fornecimento não realizado;

7.1.2.2 - 20% (vinte por cento) sobre o valor do fornecimento não realizado, no caso de atraso superior a 30 (trinta) dias, ou entrega de objeto com vícios ou defeitos ocultos que o tornem



impróprio ao uso a que é destinado, ou diminuam-lhe o valor ou, ainda, fora das especificações contratadas.

7.1.3 - suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração pelo prazo de até 02(dois) anos;

7.1.4 - declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, no prazo mínimo de 02 (dois) anos, conforme dispõe o art. 87 da Lei nº 8.666/93.

7.1.5 - A sanção de multa poderá ser aplicada cumulativamente às demais sanções previstas neste instrumento.

7.1.6 - A multa será descontada de pagamentos eventualmente devidos pela CONTRATADA.

7.2 - São consideradas situações caracterizadoras de descumprimento total ou parcial das obrigações contratuais:

7.2.1 - não atendimento às especificações técnicas relativas a bens, serviços ou obra prevista em contrato ou instrumento equivalente;

7.2.2 - retardamento imotivado de fornecimento de bens, da execução de obra, de serviço ou de suas parcelas;

7.2.3 - paralisação do serviço ou de fornecimento de bens, sem justa causa e prévia comunicação à Administração Pública Estadual;

7.2.4 - entrega de mercadoria falsificada, furtada, deteriorada, danificada ou inadequada para o uso, como se verdadeira ou perfeita fosse;

7.2.5 - alteração de substância, qualidade ou quantidade da mercadoria fornecida;

7.2.6 - prestação de serviço de baixa qualidade;

7.3 - Da aplicação das penas definidas caberá recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da intimação.

7.4 - O recurso ou o pedido de reconsideração relativo às penalidades acima dispostas será dirigido a Unidade Administrativa requisitante, a qual decidirá o recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis e o pedido de reconsideração, no prazo de 10 (dez) dias úteis.

7.5 - A inexecução total ou parcial do Contrato ensejará na sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas em Lei, cujos motivos para a referida rescisão são os previstos no art. 78 da Lei nº. 8.666/93.

7.6 - O Município poderá rescindir o contrato, independentemente de qualquer procedimento judicial, observada a Legislação vigente, nos seguintes casos:

- I. Por infração a qualquer de suas cláusulas;
- II. Por pedido de concordata, falência ou dissolução da Contratada;
- III. Por transferência, no todo ou em parte, das obrigações assumidas neste contrato;
- IV. Por comprovada deficiência no atendimento do objeto deste contrato;



V. Pela aplicação de mais de 2 (duas) advertências.

7.7 - O Município poderá, ainda, sem caráter de penalidade, declarar rescindido o contrato por conveniência administrativa ou interesse público, conforme disposto no artigo 79 da Lei nº. 8.666/93 e suas alterações.

7.8 - O termo de rescisão será precedido de Relatório indicativo dos seguintes aspectos, conforme o caso:

7.8.1 - Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

7.8.2 - Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

7.8.3 - Indenizações e multas.

7.9 - Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, se assegurado à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.

8.0 - DOS CASOS OMISSOS.

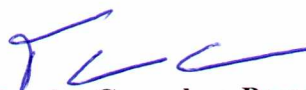
8.1 - Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 1993, na Lei nº 10.520, de 2002 e demais normas federais de licitações e contratos administrativos e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 - Códigos de Defesa do Consumidor - e normas e princípios gerais dos contratos.

9.0 - CLÁUSULA SÉTIMA – DO FORO

9.1 - Para dirimir quaisquer questões decorrentes do presente contrato, elegem as partes o Foro da Comarca de Paracambi, com renúncia expressa a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E por estarem assim acordados, assinam este contrato os representantes das partes e as testemunhas abaixo em 04 (quatro) vias de igual teor.

Paracambi/RJ, 31 de Dezembro de 2014.


Tarciso Gonçalves Pessoa
Município de Paracambi
Contratante


Rogério Cruz Bonfim

R.R. MORENO DISTRIBUIDORA DE MERCADORIA EM GERAL LTDA-ME
Contratado

Testemunhas:

CPF:

CPF: